



## LEGADOS CULTURAIS DO AUTORITARISMO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE SOBRE O BRASIL E A ARGENTINA

Bruno Mello Souza\*  
Carlos Artur Gallo\*\*

**Resumo:** Na segunda metade do século XX, Argentina e Brasil viveram períodos autoritários nos quais, ao aplicar-se a Doutrina de Segurança Nacional, ocorreram constantes violações aos direitos humanos. Ainda que tenham sido instaladas “novas democracias” com os processos transicionais ocorridos nestes países, é possível observar, atualmente, a permanência de legados autoritários que se mantiveram apesar do fim dos regimes de exceção. Partindo deste contexto, em nosso estudo pretendemos analisar qual o impacto dos regimes autoritários na cultura política argentina e brasileira. Para fazê-lo, foram selecionados e analisados dados de nove variáveis do Latinobarômetro.

**Palavras-chave:** Cultura Política. Ditaduras de Segurança Nacional. Legados Autoritários.

**Resumen:** En la segunda mitad del siglo XX, Argentina y Brasil vivieron periodos autoritarios en los cuales, al aplicarse la Doctrina de Seguridad Nacional, ocurrieron constantes violaciones a los derechos humanos. Aunque se hayan instalado “nuevas democracias” con los procesos transicionales ocurridos, es posible observar, a la actualidad, la permanencia de legados autoritarios que se mantuvieron más allá del final de los regímenes de excepción. Impartiendo de este contexto, en nuestro estudio pretendemos analizar cual el impacto de los regímenes autoritarios en la cultura política argentina y brasileña. Para hacerlo, fueron seleccionados y analizados datos de nueve variables del Latinobarómetro.

**Palabras clave:** Cultura Política. Dictaduras de Seguridad Nacional. Legados Autoritarios.

\* Universidade Federal do Piauí - UFPI,  
Teresina, PI, Brasil.

Realiza Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciência Política da UFPI  
Doutor em Ciência Política - Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul - UFRGS.

E-mail: E-mail: [bmellosouza@yahoo.com.br](mailto:bmellosouza@yahoo.com.br)

\*\* Universidade Federal de Pelotas – UFPEL  
Pelotas, RS, Brasil.

Doutor em Ciência Política - UFRGS.  
Professor do Departamento de Sociologia e Política  
e do Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política da UFPEL.

E-mail: [galloadv@gmail.com](mailto:galloadv@gmail.com)

DOI:

10.19177/memorare.v4e32017129-144



REVISTA  
**MEMORARE**

  
www.portaldeperiodicos.unisul.br  
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 129-144 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Na segunda metade do século XX, no contexto da “Guerra Fria”, Brasil e Argentina, entre outros países da região, estiveram sob ditaduras civis-militares baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O desenvolvimento desses regimes autoritários é marcado por semelhanças no que diz respeito, por exemplo, ao contexto internacional em que se dá o Golpe de Estado, auge da Guerra Fria, e ao uso contínuo e deliberado da repressão política nesses países (milhares de cidadãos foram perseguidos, presos, torturados, exilados, mortos e desaparecidos pelas forças de segurança), mas, também, por diferenças importantes, sobretudo no que se relaciona ao conteúdo da transição neles realizada (Cavarozzi, 1996; Motta, 2002; Padrós, 2008).

Enquanto a transição à democracia no Brasil foi resultado de negociações altamente controladas pelos setores que estavam no poder, sendo, por isso, chamada por parte dos estudiosos de *transição negociada* ou *pactada* (Arturi, 2001; Munck & Leff, 1997; O’Donnell & Schmitter, 1988), na Argentina o processo de transição foi bastante abrupto, sendo por esta razão classificado por alguns autores como um processo de *transição por ruptura* (Munck & Leff, 1997; Stepan, 1994).

A transição brasileira começa em 1974, no governo do ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e se estende até março de 1985, quando o civil José Sarney é empossado na Presidência da República. Em seus quase 11 anos de duração, o processo transicional no Brasil foi sendo concretizado aos poucos, tendo sido marcado por avanços e recuos da ditadura. Iniciada em um momento em que o regime de exceção ainda obtinha resultados positivos na economia (a retração do “Milagre econômico” se intensifica a partir da segunda metade da década de 1970), a transição à democracia no país conviveu com concessões parciais por parte da ditadura, como é o caso da revogação de algumas normas de exceção e a própria edição da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), mas, apesar disso, o controle do processo esteve sempre nas mãos das Forças Armadas e seus apoiadores (Arturi, 2001).

Na Argentina, a transição é realizada de modo acelerado, entre junho de 1982, quando as Forças Armadas são derrotadas na Guerra das Malvinas, e dezembro de 1983,

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista, atualizada e modificada do trabalho apresentado no “VI Seminário Internacional Políticas de la Memoria”, realizado em Buenos Aires em outubro de 2013.



quando ocorre a posse do presidente Raúl Alfonsín. Iniciada em um contexto marcado pela crescente insatisfação popular com as Forças Armadas, que haviam tentado ganhar e recuperar apoio com a campanha pelas Malvinas, a transição foi sendo realizada com reduzida participação dos setores que estavam no comando do país desde o Golpe de 24 de março de 1976 (Cavarozzi, 1996).

Um aspecto que, com o passar dos anos, foi sendo incorporado às análises sobre a dinâmica dos processos transicionais se refere às heranças ou legados do autoritarismo presentes nas novas democracias. Conforme o conceito apresentado por Leonardo Morlino (2013), em seu estudo sobre a democracia nos países do Sul da Europa, legados autoritários:

[...] abarcam todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidos como vigorosa e visivelmente fortalecidos pelo regime autoritário imediatamente anterior. Os legados autoritários influenciam um grande leque de instituições políticas, econômicas e sociais e são frequentemente mais visíveis no funcionamento e comportamento das forças de segurança. (LEONARDO MORLINO, 2013, p. 262 – 263).

Entre os primeiros estudos a chamarem a atenção para o tema específico dos legados do autoritarismo deixados pelas ditaduras que se encerraram a partir da década de 1970, encontra-se o do cientista político Alfred Stepan (1988), que tratou de analisar as prerrogativas militares preservadas após a transição na Argentina, no Brasil, na Espanha e no Uruguai (o não julgamento dos envolvidos nas violações aos direitos humanos seria uma delas).

Outras abordagens focaram, por exemplo, no impacto das ditaduras no campo jurídico. Como no caso dos estudos de Anthony W. Pereira (2010), que fez uma pesquisa sobre as conexões entre os regimes autoritários e as instituições judiciais no Brasil, na Argentina e no Chile, buscando explicar as diferenças encontradas em cada caso no tocante ao saldo da repressão, ao número de perseguidos que foram julgados por “crimes contra a Segurança Nacional” e, ainda, às mudanças implementadas, ou não, com o retorno à democracia.

Uma hipótese formulada por parte dos estudos transitológicos (que é uma das formas como passou a ser conhecida a agenda de pesquisas surgida sobre o contexto das transições à democracia iniciadas a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos, em



Portugal) sugeria, em linhas gerais, que quanto mais controlado o processo transicional por parte dos setores que estavam nas estruturas de poder durante o período de exceção, maiores seriam as dificuldades de que as novas democracias superassem legados do autoritarismo que se mantiveram no novo cenário político (O'Donnell & Schmitter, 1988).

Com base no que foi referido, parte-se do pressuposto de que regimes autoritários deixam marcas, legados do autoritarismo, que se mantêm mesmo com o final das ditaduras e a redemocratização. Tais legados, como mencionado, podem ser institucionais, como é o caso das prerrogativas militares ou da legislação e de procedimentos jurídicos que não se alteraram desde a ditadura, podendo se manifestar, ainda, na cultura política dos cidadãos. A princípio, podem ser reforçados pelo tipo de transição ocorrida. A presente exposição pretende analisar o impacto das ditaduras na cultura política argentina e brasileira, observando se e quais resquícios do autoritarismo seguem presentes na atualidade. Nas próximas seções, explica-se como e com base em quais dados a análise será realizada e, na sequência, os dados são apresentados e analisados.

## **2. Legados culturais do autoritarismo: Como analisar?**

A perspectiva cultural, inaugurada na Ciência Política por Almond e Verba (1965), credita às crenças, valores e comportamentos dos cidadãos um papel extremamente importante na configuração e consolidação de um regime político. Ao aproximarmos-nos dos casos latino-americanos, é possível notar que são vários os autores que, de alguma forma, atrelam a democracia à legitimidade advinda da cultura política, pautando-se em variáveis como adesão ao regime democrático, participação política e confiança (Moisés, 1995; 2005; Gunther & Monteiro, 2003; Power & Jamison, 2005; Baquero, 2011; González, 2011).

Como proceder para identificar e analisar eventuais resquícios de uma cultura autoritária? Uma forma de realizar a tarefa é selecionar um conjunto de variáveis quantitativas, verificando, a partir dos dados coletados, eventuais impactos das ditaduras civis-militares argentina e brasileira na cultura política dos seus cidadãos. Para isso, a presente análise se baseia nos dados de nove variáveis medidas pelo Latinobarómetro:



(1) preferência por regime; (2) prioridade da ordem em relação a direitos humanos e liberdades; (3) importância da democracia em contraposição com o desenvolvimento econômico; (4) relação entre governo e meios de comunicação; (5) respeito dos governos às leis e ao parlamento; (6) apoio à volta de um governo militar; (7) confiança nas Forças Armadas; (8) tolerância para com os movimentos sociais; e (9) militares e garantia da ordem constitucional.

A ideia inicial deste estudo era analisar longitudinalmente o maior número de variáveis possível. Uma vez que nem todas as variáveis referidas acima encontram-se presentes no Latinobarómetro em toda a sequência de anos-base do banco de dados, algumas somente puderam ser verificadas em uma sequência menor de anos-base e, em três casos, apenas no ano-base de 2009, que é o único período de aplicação dos questionários nos quais as variáveis constavam. Apesar de nem todas poderem ser analisadas nos mesmo intervalos de tempo, contudo, a análise geral das nove variáveis selecionadas se justifica tendo em vista que todas, em maior ou menor grau, evidenciam fragmentos de um possível comportamento autoritário presente nas sociedades aqui estudadas.

Os dados que não fecham em 100% assim se encontram em decorrência dos percentuais de “não sabe/não respondeu”, que, se fossem eliminados do banco com o qual se trabalhou, poderiam gerar distorções significativas nos dados.

## 2.1 Resquícios de uma cultura autoritária no Brasil e na Argentina: elementos para uma análise

A primeira tabela apresentada refere-se à preferência por regime político no Brasil e na Argentina. Será que os diferentes modelos transicionais dos dois países possuem alguma repercussão efetiva na preferência de brasileiros e argentinos? É o que se verifica a seguir.

**Tabela 1 – Preferência por regime: apoio à democracia**

ANO-BASE QUESTÃO / PAÍS	1995		2000		2005		2010		2015	
	ARG	BRA								
Democracia é preferível a qualquer forma de governo	76%	1%	0%	8%	6%	7%	6%	4%	0%	4%



<b>Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível</b>	11%	1%	6%	5%	7%	5%	9%	9%	5%	6%
<b>Não importa se o regime é democrático</b>	6%	3%	2%	8%	1%	8%	3%	5%	3%	6%
<b>Não respondeu</b>	1%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Não sabe</b>	6%	4%	%	%	%	9%	%	1%	%	1%
<b>Entrevistados</b>	11.200	1.200	1.200	1.000	1.200	1.204	1.200	1.204	1.200	1.250

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010, 2015)

A Tabela 1 demonstra que os argentinos, de forma geral, possuem uma preferência maior pela democracia do que os brasileiros. Se, por um lado, os dois países apresentam percentuais muito próximos de preferência por governos autoritários, por outro, os entrevistados na Argentina afirmaram preferir a democracia em comparação com qualquer outra forma de governo em percentual sempre superior aos 66%, enquanto no Brasil os maiores percentuais chegam a 54% em 2010 e 2015 (pelo menos vinte anos após a saída dos militares das estruturas de poder no país).

Como se pode notar, o que diferencia os cidadãos dos dois países nem é tanto a preferência por um regime autoritário, mas sim a convicção a respeito do regime democrático como sendo a melhor forma de governo. Pelo lado brasileiro, é perceptível que há, nesse sentido, uma apatia maior em relação à democracia como modelo de governo que dá melhores respostas às demandas da população, com percentuais sempre superiores aos da Argentina na categoria “Não importa o regime”. Outra variável capaz de oferecer subsídios relevantes no que concerne a legados autoritários, é aquela que contrapõe prioridades de ordem e autoridade em relação a valores democráticos tais como a primazia dos direitos humanos e liberdades. As respostas de brasileiros e argentinos estão comparadas na Tabela 2.

**Tabela 2 – Ordem X Liberdade**

ANO-BASE	2004		2009		2016	
	ARG	BRA	ARG	BRA	ARG	BRA
<b>Questão / País</b>						
<b>Prefere viver numa sociedade ordenada ainda que sejam restringidas algumas liberdades</b>	50%	53%	50%	54%	41%	44%
<b>Prefere viver numa sociedade na qual se respeitem todos direitos e liberdades, ainda que haja alguma desordem</b>	47%	40%	46%	42%	52%	51%
<b>Não respondeu</b>	1%	1%	1%	0%	3%	1%



<b>Não sabe</b>	2%	6%	3%	4%	4%	5%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.204	1.200	1.204	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2004, 2009, 2016)

No que diz respeito à priorização da ordem em relação aos direitos humanos e liberdades, novamente os argentinos apresentam um padrão mais humanitário e democrático. Entretanto, nesta questão a diferença percentual é mais tímida, girando em torno dos 3%. Nos dois países, há uma leve tendência de queda dos percentuais daqueles que priorizam a ordem em relação às liberdades e aos direitos humanos. Cabe ressaltar, ainda, que, a despeito das diferenças percentuais entre os dois países, é possível perceber que tanto na Argentina quanto no Brasil os indivíduos passam a dar maior valor às liberdades em 2016, uma vez que até então predominavam aqueles que preferiam a ordem em ambos os países. Outra contraposição cuja análise torna-se bastante interessante, para além dos direitos civis, refere-se ao aspecto econômico. Em resumo: poder gritar de barriga vazia ou calar-se de estômago cheio, qual, afinal, seria a preferência de brasileiros e argentinos? É o que examinamos nos dados da Tabela 3.

**Tabela 3 – Democracia X Desenvolvimento econômico**

ANO-BASE	2001		2009	
	ARGENTIA	BRASL	ARGENTINA	BRASIL
<b>QUESTÃO/PAÍS</b>				
<b>Democracia é mais importante</b>	50%	56%	47%	53%
<b>Desenvolvimento econômico é mais importante</b>	26%	22%	30%	29%
<b>Ambos são igualmente importantes</b>	21%	10%	22%	11%
<b>Não respondeu</b>	3%	12%	1%	7%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.000	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2001, 2009)

Em relação à priorização do desenvolvimento econômico em detrimento à democracia, pela primeira vez os percentuais verificados no Brasil apresentam uma tendência mais democrática do que os da Argentina. Enquanto entre 47 e 50% dos argentinos afirmam que a democracia é mais importante, os percentuais ficam entre 53 e 56% dos cidadãos entrevistados no Brasil demonstrando tal preferência. No que concerne à importância maior do desempenho da economia, os percentuais se equivalem, especialmente em 2009, e o maior diferencial, de cerca de 10%, é dado entre aqueles que consideram ambas igualmente importantes: na Argentina, entre 21 e 22%



dos entrevistados forneceram esta resposta, enquanto no Brasil este percentual ficou em torno dos 10%.

Um aspecto que pode ser considerado para essa maior preocupação argentina para com a economia refere-se às sucessivas e graves crises pelas quais o país passou não apenas no período autoritário, mas também em sua retomada democrática: lembremos, por exemplo, da extraordinária crise vivida pela Argentina no início dos anos 2000. O Brasil, apesar de também ter passado por crises de considerável dimensão, tem se caracterizado por uma maior estabilidade comparado ao país vizinho, mesmo nos últimos anos. Além dos aspectos econômicos, uma outra discussão essencial quando se trata de democracia e democratização diz respeito às relações estabelecidas entre governo e meios de comunicação, uma vez que a liberdade de opinião e de imprensa configuram-se como ingredientes fundamentais da receita democrática. Na Tabela 4, temos a opinião de brasileiros e argentinos sobre a questão.

**Tabela 4 – Governo X Meios de comunicação: O governo pode fechar um meio de comunicação caso seja publicado algo que lhe desagrade.**

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2009	
	ARGENTINA	BRASIL
Concorda totalmente	0,6%	9,4%
Concorda	10,4%	24,3%
Discorda	44,7%	26%
Discorda totalmente	41,2%	36,5%
Não respondeu	3%	3,8%
Entrevistados	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).

Aqui, embora em sua grande maioria brasileiros como argentinos condenem a possibilidade de os governos fecharem meios de comunicação, existe uma diferença que não deve ser negligenciada: a porcentagem de argentinos contra esse tipo de superpoder estatal está 20 pontos acima do número de brasileiros. Enquanto na Argentina 86% dos entrevistados mostram-se contrários à possibilidade de governos fecharem meios de comunicação, no Brasil o número encontra-se em cerca de 62%. Trata-se, portanto, de mais uma variável que apresenta os argentinos como cidadãos mais democráticos do que os brasileiros. Além da possibilidade de interferir na imprensa, outro tipo de superpoder governamental pode direcionar-se a outras instituições e elementos

democráticos, como os parlamentos e o cumprimento das leis e normas do regime democrático. Para captar esta dimensão, a pesquisa do Latinobarómetro questiona: “Em situações difíceis, é correto que o governo passe por cima das leis e do parlamento? ”. A Tabela abaixo nos mostra a opinião de brasileiros e argentinos.

**Tabela 5 – Respeito às leis e instituições: Em situações difíceis, concorda que o governo pode desobedecer a lei, o parlamento e/ou as instituições.**

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2001		2010	
	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL
<b>Concorda totalmente</b>	6%	26%	4%	15%
<b>Concorda</b>	23%	19%	25%	41%
<b>Discorda</b>	29%	11%	51%	19%
<b>Discorda totalmente</b>	35%	38%	17%	20%
<b>Não respondeu</b>	7%	6%	4%	6%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.000	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2001, 2010).

Novamente, o Brasil parece apresentar legados autoritários mais marcantes do que a Argentina. No ano de 2010, cerca de 56% dos entrevistados aparentemente não veriam nenhum problema se o governo passasse por cima das leis, inclusive concordando com tal postura, enquanto em 2001 este percentual já era alto, em torno de 45%. Já na Argentina, o repúdio a esta postura antidemocrática é significativamente mais elevado: em 2010, cerca de 68% dos entrevistados reprovariam um patrolamento do governo sobre as leis e o parlamento, e somente 17% apoiariam. Em 2001, o percentual de rechaço a esse tipo de possibilidade estava em 64%. No mesmo sentido, de fragilidade institucional em termos de adesão da população, surge o temor, até certo ponto esperável, de que uma democracia de consolidação relativa possa ser colocada em xeque diante da possibilidade de retorno de um governo militar (autoritário). A Tabela 6 apresenta o apoio potencial de argentinos e brasileiros a esta possibilidade.

**Tabela 6 – Apoio à volta de um Governo Militar**

ANO-BASE QUESTÃO/PAÍS	2004		2011	
	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL
<b>Apoiaria um Governo Militar no lugar de um regime democrático</b>	32%	31%	23%	22%
<b>Em nenhuma circunstância apoiaria um Governo Militar</b>	63%	56%	73%	67%



<b>Não respondeu</b>	0%	1%	1%	1%
<b>Não sabe</b>	4%	12%	3%	10%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.204	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2004, 2011).

Surpreendentemente, no que diz respeito à possibilidade de retorno de um governo dos militares, Brasil e Argentina apresentam percentuais muito aproximados. Em ambos os países, o apoio potencial a tal iniciativa é reduzido, embora não desprezível (em torno de 30% em 2004, mas caindo para aproximadamente 23% em 2011). Por outro lado, acima de 63% dos entrevistados na Argentina e de 56% dos indivíduos arguidos no Brasil, colocaram-se frontalmente contra essa situação hipotética, afirmando que não apoiariam a volta dos militares ao poder sob circunstância alguma, inclusive com elevação percentual no último período analisado.

O dado se configura como uma informação bastante auspiciosa para a consolidação democrática nos dois países. Se por um lado o retorno dos militares ao poder aparece como possibilidade momentaneamente distante, por outro cabe questionar: e a confiança sobre estes, como se configura nos dois países? Tal pergunta ganha relevo à medida que possamos imaginar que bons índices de confiança sobre o setor podem servir para, a longo prazo, minar as bases da democracia, permitindo uma flexibilidade que permita a abertura futura de uma “janela” militar-autoritária. A Tabela 7 nos traz as respostas para esta questão.

**Tabela 7 – Confiança nas Forças Armadas**

ANO-BASE QUESTÃO / PAÍS	1995		2000		2005		2010		2015	
	RG	RA								
<b>Muita</b>	0%	0%	2%	5%	3%	0%	%	4%	2%	9%
<b>Alguma</b>	7%	9%	5%	3%	6%	1%	1%	9%	0%	5%
<b>Pouca</b>	5%	4%	0%	2%	0%	2%	5%	1%	3%	0%
<b>Nenhuma</b>	3%	4%	9%	7%	6%	4%	4%	2%	2%	1%
<b>Não respondeu</b>	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Não sabe</b>		%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Entrevistados</b>										



	.200	.200	.200	.000	.200	.204	.200	.204	.200	.250
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010, 2015).

Se no que diz respeito ao retorno dos militares ao governo, esta possibilidade é frontalmente refutada nos dois países, não se pode dizer o mesmo sobre a confiança nas Forças Armadas no Brasil e na Argentina. Configura-se, nesse sentido, uma situação diametralmente oposta em termos de opinião pública entre os cidadãos destes países. Enquanto entre os entrevistados na Argentina os percentuais de desconfiança são sempre superiores aos 55%, beirando os 60%, entre os brasileiros, a tendência se inverte: praticamente o mesmo percentual de respondentes afirma que, sim, confia nas Forças Armadas. Se, como já vimos, isso não implica ameaça imediata às condições democráticas no país, não se pode negligenciar, entretanto, que o nível alto de confiança nos militares pode se constituir em cenário perigoso, visto que diversas pesquisas têm demonstrado que a confiança nas instituições propriamente democráticas do país não lhes confere um papel, digamos, prestigioso junto à população brasileira.

A fórmula “baixa confiança institucional democrática mais alta confiança nas Forças Armadas” poderia, assim, configurar-se como uma ameaça ao regime democrático no Brasil, a longo prazo, e dependendo das circunstâncias. Outro indicador que, em nossa opinião, pode se estabelecer como pista de legados autoritários, refere-se à maior ou menor tolerância para com os movimentos sociais. É isso que examinamos a partir dos dados da Tabela 8.

**Tabela 8 – Tolerância com movimentos sociais: Movimentos sociais geram desordem e instabilidade.**

ANO-BASE	2009	
QUESTÃO/PAÍS	ARGENTINA	BRASIL
<b>Concorda totalmente</b>	11%	13,6%
<b>Concorda</b>	50,6%	40,6%
<b>Discorda</b>	27,5%	27,8%
<b>Discorda totalmente</b>	5,4%	13,1%
<b>Não respondeu</b>	5,5%	4,8%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).



Curiosamente, no que concerne à tolerância para com os movimentos sociais, o Brasil apresenta índices mais elevados do que a Argentina. Enquanto 33% dos argentinos discordam da afirmação de que os movimentos sociais geram desordem e instabilidade, mais de 40% dos entrevistados brasileiros forneceram a mesma resposta. No Brasil, parece haver uma aceitação um pouco maior dos movimentos sociais por parte da população. Contudo, é importante ressaltar que em ambos os países os cidadãos apresentam resistências substanciais em relação a estes movimentos: na Argentina, 61,6% veem os movimentos sociais com maus olhos, enquanto no Brasil, o percentual fica em 54,2. Por fim, apresentamos a variável sobre militares e garantia da ordem constitucional, plasmada pela seguinte pergunta: “Os militares devem remover o presidente se este descumprir a constituição do país? ”.

**Tabela 9 – Militares intervindo na política: Você concorda que os militares removam um presidente que viola a Constituição?**

ANO-BASE	2009	
QUESTÃO/PAÍS	ARGENTINA	BRASIL
<b>Concorda totalmente</b>	5,5%	30,6%
<b>Concorda</b>	24,5%	29,9%
<b>Discorda</b>	31,6%	12,7%
<b>Discorda totalmente</b>	33,3%	19,6%
<b>Não respondeu</b>	5,1%	7,1%
<b>Entrevistados</b>	1.200	1.204

Fonte: Latinobarómetro (2009).

Se anteriormente vimos que os militares gozam de muito mais confiança e prestígio entre os brasileiros do que entre os argentinos, nos percentuais da tabela acima podemos perceber com muita clareza a materialização da confiança. Novamente, a perspectiva nos dois países é diametralmente oposta. Enquanto mais de 60% dos brasileiros consideram os militares como legítimos árbitros do conflito, corroborando constatação de González (2011) para o contexto da maior parte dos países latino-americanos, 64,7% dos respondentes argentinos refutam esta ideia. Mais uma vez parecem relativamente claras as consequências que diferentes modelos transicionais possuem sobre as perspectivas dos indivíduos dos dois países. Enquanto o modelo negociado brasileiro serviu para manter uma certa posição privilegiada dos militares, na



Argentina a transição por ruptura, dada por uma fragorosa derrota dos incumbentes autoritários, repercute em um trauma que se reflete na baixa confiança e na negação peremptória desses atores como árbitros legítimos de um possível conflito pautado pelo descumprimento de normas constitucionais por parte do presidente do país.

### 3. Considerações finais

No presente artigo, procuramos examinar legados culturais do autoritarismo existentes no Brasil e na Argentina, compartilhando o pressuposto de que tais legados podem ser potencializados conforme o tipo de transição à democracia realizada em cada contexto. No caso, a Argentina experimentou uma transição por ruptura, provocada pelo fracasso retumbante dos militares no exercício do governo; no Brasil, por outro lado, o que ocorreu foi uma transição negociada, lenta e gradual, com amplo poder dos incumbentes autoritários sobre o processo de transição. Uma situação como a que ocorreu no caso brasileiro propiciaria um cenário mais adequado para a manutenção de alguns aspectos que dialogam diretamente com um ideário antidemocrático.

A análise proposta foi realizada mediante consulta de séries temporais do Latinobarómetro, verificando dados categorizados em nove indicadores. Em quatro dos nove indicadores examinados, ambos os países apresentaram percentuais maiores para predisposições democráticas, mas com diferenças entre si. Em termos de preferência pelo regime democrático, poderes do governo em eliminar meios de comunicação e de possibilidade de retorno dos militares ao poder, os percentuais verificados na Argentina foram mais direcionados à perspectiva democrática do que no Brasil. Os índices brasileiros somente foram mais democráticos do que os argentinos no que diz respeito à preferência pela democracia em detrimento do desenvolvimento econômico.

Os dois países, por outro lado, apresentaram tendências menos democráticas no que concerne à tolerância com os movimentos sociais: nesta variável, os argentinos, de forma até surpreendente, apresentaram-se como mais resistentes aos movimentos sociais do que os brasileiros.

Em relação à variável que contrapõe a ordem às liberdades civis, em ambos os países os entrevistados priorizavam a primeira, mas a tendência se inverte em 2016, quando as liberdades passam a ser mais valorizadas pelos cidadãos brasileiros e



argentinos. Já no que diz respeito à possibilidade de o governo passar por cima das leis e instituições em determinadas circunstâncias, verifica-se no Brasil uma maior abertura a essa possibilidade por parte dos respondentes, especialmente em 2010, enquanto os argentinos apresentam percentuais mais elevados de rechaço ao tipo de “solução”.

Houve ainda tendências divergentes em dois indicadores, relacionados diretamente com os militares: confiança nas Forças Armadas e legitimidade destas para remover um presidente que venha a descumprir a constituição do país. Em ambas, os militares contam com muito mais boa vontade dos brasileiros do que dos argentinos, e os percentuais apresentam-se opostos de maneira muito próxima à simetria. Os brasileiros confiam em nível bastante elevado neste setor da sociedade e o consideram como árbitros legítimos dos conflitos no país, enquanto na Argentina o que prevalece é a desconfiança e a refutação peremptória à possibilidade de intervenção militar para retirar um presidente do poder.

Assim, de maneira geral, verifica-se que o Brasil apresenta maiores predisposições a posturas autoritárias do que a Argentina. Acreditamos que essas diferenças sejam, em grande medida, fruto dos modelos de transição verificados nos dois países: a transição negociada do Brasil gerou menor impacto negativo sobre a imagem dos militares do que a transição abrupta da Argentina, onde a derrota dos incumbentes autoritários foi muito mais clara e rotunda.

Como a consolidação democrática e manutenção do regime guarda relações que não podem ser negligenciadas com a cultura política, a persistência com maior força de legados autoritários no Brasil gera uma certa preocupação, se não a curto prazo, ao menos a longo prazo. Até que ponto o prestígio dos militares no país, em contraponto com a baixa confiança em outras instituições (como tem sido percebido especialmente nos últimos anos, diante dos escândalos de corrupção que atingem especialmente os políticos e seus partidos), pode se configurar como ameaça à democracia brasileira? A resposta para esta pergunta é difícil, mas serve como alerta para o fato de que ainda existem entranhados no âmago da cultura política brasileira certos valores autoritários capazes de minar, mesmo que lentamente, a democracia no país.

Isso quer dizer que a democracia brasileira, se comparada à argentina, está fadada ao fracasso? Evidentemente que não. Porém, certamente os legados surgem como uma barreira a mais para ser superada. Assim, a consolidação democrática no



sentido mais substantivo, extrapolando o âmbito meramente procedimental e institucional, depende também do exercício e da reinvenção cotidiana da democracia. Dispositivos que permitam a inclusão dos cidadãos em esferas decisórias, e com resultados efetivos e palpáveis, podem contribuir significativamente para este intento. É a partir daí que os valores democráticos brasileiros poderão florescer com maior intensidade, e de maneira mais duradoura.

## Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Boston Little Brown, 1965.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. Revista de Sociologia e Política (Curitiba), n.17, 2001, p. 11-31.

BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-45.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 47-68.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. **Legitimidade política em novas democracias**. Opinião pública, Vol. IX, n.1, 2003.

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Opinião pública, Vol. XI, n.1, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 261-294.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.



MUNCK, Gerardo; LEFF, Carole. Modes of Transition and Democratization. South America and Eastern Europe in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, v.29, n.3, abril 1997, p. 343-362.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião pública**, Vol. XI, n.1., 2005.

STEPAN, Alfred. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

\_\_\_\_\_. Caminos hacia la redemocratización. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Org.). **Transiciones desde un gobierno autoritario**: perspectivas comparadas. Barcelona: Paidós, 1994.

**Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 29/08/2017.**

